

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.228 - SP (2019/0296981-2)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO
ADVOGADO : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO - SP286948
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VICTOR MONTEIRO DE BRITO SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de VICTOR MONTEIRO DE BRITO SILVA, contra o indeferimento de idêntica medida na origem.

Sustenta o impetrante que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal tendo em vista o alegado excesso de prazo para a formação da culpa.

Aduz, para tanto, que *"Cabe informar que o paciente esta preso cautelarmente a mais de 1 ano, ultrapassando e muito a razoabilidade para o fim da instrução, além de o excesso de prazo, acalentado por construção pretoriana e ao depois pela legislação, não distinguir que o mesmo só ocorra quando o crime for "extremamente grave", sob pena de se usurpar a função legislativa, ou seja, na concepção da Culta autoridade coatora, a quem, em passant, rendo as merecidas homenagens, quando o crime for de extrema gravidade (poderíamos entender que todos os crimes não abarcados pela Lei n.º 9099/95, de menor potencial ofensivo, incluir-se-iam como de extrema gravidade?), não haveria limites para o encarceramento provisório de um increpado, fazendo-se tábula rasa dos doutos entendimentos pretorianos"* (fl. 4).

Postula, ao final, a superação do enunciado 691 da Súmula do c. STF para que seja revogada/relaxada a prisão decretada em desfavor do paciente.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **questão** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* (Súmula nº 691/STF).

O writ impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

"[...]

Está suficientemente demonstrado, neste momento de cognição sumária, o fummus comissi delicti, uma vez que responde o paciente a ação penal na qual lhe é atribuído o cometimento de tráfico de drogas e associação para a prática desse delito, porque no dia 10 de setembro de 2018, por volta das 10h, na Rua Janyra Nicolau Rigon, nº 190, na cidade e Comarca de Limeira, previamente associado com André Felipe da Silva e Ruan Felipe Pereira Gomes, mantinha em depósito e guardava, para entrega a terceiros, uma porção de cocaína (com peso de 397,4 gramas); outra porção grande da mesma droga, com peso de 1.280,4 gramas; três porções grandes de crack (pesando 297,7 gramas); dois tijolos de Cannabis sativa (com peso de 1.568 gramas).

Analizados os argumentos expostos na impetração, não se vislumbra, de plano, os imprescindíveis fumus boni iuris e periculum in mora autorizadores da concessão do writ, notadamente, em sede de decisão liminar.

A providência ora pretendida é excepcional, cabível nas hipóteses em que o constrangimento ilegal é patente, constatável, portanto, da singela leitura da impetração e dos documentos a ela acostados. Não é o que se verifica no caso em exame, porquanto em análise aos autos originários constatou-se que se trata de caso complexo, no qual foi deferida medida cautelar de quebra de sigilo de dados de todos os acusados, de sorte que, ao menos em sede de cognição sumária, não se vislumbra o alegado excesso de prazo" (fls. 10-12).

Na hipótese, portanto, não verifico a ocorrência de flagrante

Superior Tribunal de Justiça

ilegalidade capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido.

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC** nº 103570, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC** nº 121828, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC** nº 123549 **AgR**, **Segunda Turma**, Rel.^a Min. **Cármem Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC** nº 392.348/RO, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**; **HC** nº 392.249/PR, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC** nº 392.316/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**; **HC** nº 391.936/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HC** nº 392.187/SP, **Sexta Turma**, Rel.^a Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator